



Contributo da Comissão do Livro Escolar para o DNE (texto)

“o que o mundo escolar mais precisa é de bom senso e sentido de responsabilidade” António Nóvoa Em boa hora a Assembleia da República desafiou a sociedade portuguesa para um Debate Nacional sobre a Educação. Trata-se de uma iniciativa extremamente meritória, por proporcionar um espaço de discussão e reflexão aos que, directa ou indirectamente, trabalham ou se interessam por esta área verdadeiramente estratégica para o desenvolvimento do nosso país, entre os quais os editores escolares se incluem.

A profunda consciência quanto à importância da nossa actividade, a singular responsabilidade social que nos cabe enquanto criadores de recursos de ensino-aprendizagem aplicáveis à partilha do conhecimento nas mais diversas disciplinas, motivam-nos a participar neste debate, pese embora não tenhamos sido convocados para tal em nenhum momento. Aliás, não deixa de ser curioso que, no próprio texto de apresentação disponível no site www.debatereducacao.pt, a ausência dos editores seja notória, por quanto nele se enunciam apenas “todos os cidadãos (pais e professores, jovens, profissionais activos e idosos) e todas as instituições sociais locais (como, por exemplo, autarquias, movimentos cívicos, associações culturais, empresariais e sindicais, museus e bibliotecas, Igrejas e jornais e rádios locais, centros de investigação e fundações)”... Só muito recentemente, e a propósito de uma Audição pública a Veiga Simão e Fernando Adão da Fonseca, organizada no âmbito deste debate, o Conselho Nacional de Educação incluiu pela primeira vez, na lista de convidados, os editores escolares.

Este aspecto merece uma reflexão, pois surge-nos como de difícil compreensão o facto de os editores escolares serem permanentemente excluídos dos fóruns de discussão em torno de matérias relacionadas com o mundo da Educação. Do nosso ponto de vista, isso representa uma injusta desvalorização do que tem sido o nosso contributo para o desenvolvimento do ensino em Portugal, com especial incidência nas duas últimas décadas. Na verdade, a consagração das liberdades de expressão, de pensamento, de criação e edição permitiu que a sociedade civil se reorganizasse por forma a responder às profundas carências sentidas ao nível da educação e formação dos cidadãos, principalmente no que dizia respeito à necessidade imperiosa de apoiar o alargamento da escolaridade e assegurar o acesso à educação por parte de um número crescente de crianças e jovens. Nesse contexto, competiu aos editores escolares assumirem a responsabilidade de promover a concepção de recursos didáctico-pedagógicos adequados à nova realidade e susceptíveis de utilização em contexto escolar, através da aposta e promoção do trabalho de autores e especialistas portugueses.

Assim se definiram os laços de uma ligação entre os editores e as comunidades escolares, incluindo Sociedades Científicas, Centros de Investigação e Universidades, que, gradualmente, se foi tornando mais próxima e profícua para todos. Para as universidades e centros de

investigação, por encontrarem nos editores os parceiros ideais para que o trabalho desenvolvido por especialistas dos mais diferentes ramos do saber fosse divulgado, discutido e adaptado; para os editores, por contribuir decisivamente para consolidar a elevada qualidade científica e pedagógica das edições escolares; para os alunos e professores, por terem acesso a ferramentas de ensino e aprendizagem concebidas de acordo com as respectivas necessidades.

As edições escolares, com especial destaque para os manuais, assumiram-se como elementos particularmente importantes para que se atingissem os objectivos acima enunciados. Mais ainda, o investimento contínuo dos editores na formação e investigação possibilitou que os manuais escolares se revelassem veículos privilegiados para a integração e a difusão de novos conhecimentos, de novas orientações emanadas das inúmeras reformas educativas e reorganizações curriculares verificadas e, não menos importante, de novas práticas educativas. Se hoje em dia as escolas portuguesas têm à sua disposição recursos educativos em formato digital – em CD-ROM, DVD-ROM e Internet – tal deve-se quase exclusivamente à capacidade e visão revelada pelos editores escolares em abraçar os desafios lançados pela Sociedade de Informação. Mas sobre este ponto debruçar-nos-emos mais à frente...

Um outro aspecto que merece ser aqui sublinhado é o papel supletivo desempenhado pelos editores junto dos estabelecimentos de ensino, apoiando regularmente o desenvolvimento de actividades e projectos mobilizadores da comunidade escolar, bem como de estruturas escolares, como bibliotecas e mediatecas. Ao mesmo tempo, temos colaborado activamente com o Ministério da Educação em iniciativas que visam o atendimento a alunos com necessidade educativas especiais, o combate ao insucesso escolar, enfim, em inúmeros programas de elevado mérito socio-educativo, sem exigir quaisquer contrapartidas, honrando, também desta forma, o nosso compromisso para uma melhor Educação.

Apesar do acima exposto, os últimos anos testemunharam uma crescente onda de críticas em relação aos editores escolares, que inclusive justificaram a reformulação do quadro legislativo respectivo. No horizonte não muito distante estão ainda as acusações de “má qualidade” dos manuais escolares e de se registar um “excesso” de edições disponíveis. Se este último aspecto provoca uma enorme estranheza, para não dizer apreensão, por ser contrário a regras fundamentais de uma sociedade livre e democrática, a questão da eventual ausência de qualidade é, recorrentemente, sustentada em impressões e apreciações subjectivas, muito superficiais, não sendo nunca fundamentadas em qualquer estudo oficial ou privado. Por muito que nos considerássemos injustiçados, tornou-se evidente que a sociedade exigia da nossa parte acções, e não palavras, que repusessem os índices de confiança em relação ao nosso trabalho. E a nossa resposta a esse desafio foi por demais convincente, com a criação de um sistema de auto-regulação da qualidade dos manuais escolares, assente no estabelecimento de protocolos com universidades, instituições científicas

e personalidades de mérito reconhecido das mais diversas áreas com vista a uma acreditação científica e pedagógica daqueles recursos educativos.

Aqui chegados, e recuperando o motivo que nos levou a registar esta reflexão, questionamos se se justifica ou se é adequado manter os editores afastados dos debates em curso, como se os seus legítimos interesses, decorrentes de uma actividade empresarial, fossem incompatíveis com os interesses dos demais agentes educativos.

O futuro da Educação Concentramo-nos, agora, na questão fulcral para este debate: como vamos melhorar a Educação nos próximos anos?

É nossa firme convicção não haver uma solução única, mas sim um conjunto de soluções sectoriais que se devem coordenar para atingir o objectivo desejado. Nesse contexto concorrem questões como a estabilização dos quadros docentes, a formação dos professores, a revisão dos programas e currículos, a interligação escola/sociedade, uma maior participação dos pais na educação dos filhos e no funcionamento das escolas...

No que nos diz respeito, há um debate em curso sobre quais as opções a tomar quanto ao desenvolvimento de novos formatos para recursos didáctico-pedagógicos a usar por alunos e professores num futuro próximo. Sem que isso signifique, sublinhe-se, que os manuais escolares, no seu formato actual, constituam um modelo esgotado ou em vias de extinção. Mesmo nos países mais desenvolvidos, em que as TIC fazem parte do dia-a-dia de professores e alunos, o manual em papel continua a ser um instrumento importante no processo de ensino-aprendizagem. Em Portugal, contudo, esse papel é ainda mais preponderante. Para muitos alunos portugueses, o manual escolar continua a ser o único instrumento de aprendizagem, o que torna ainda mais premente quer o rigor científico e pedagógico na sua concepção, quer a sua actualização e adequação à realidade dos nossos dias – um aspecto que, aliás, nos leva a questionar a exequibilidade do alargamento para seis anos do prazo de vigência dos manuais escolares, em vez dos três ou quatro anos ainda em vigor. A evolução da Sociedade do Conhecimento constitui, pois, o pano de fundo para aquela discussão, sendo para todos incontornável que o desenvolvimento de novos recursos didáctico-pedagógicos passará pela integração e utilização plena das novas tecnologias da informação e comunicação (TIC) em contexto de sala de aula.

Urge definir em Portugal uma estratégia nessa matéria. Até agora, o que temos assistido não vai para lá de meras declarações de intenções, de epifenómenos mediáticos que rapidamente se esvanecem por não terem sustentabilidade e não corresponderem às necessidades de alunos e professores. Não há um caminho traçado, uma meta definida pela qual os diferentes actores, editores incluídos, se possam orientar.

Infelizmente, também aqui o fosso que nos separa dos países mais

desenvolvidos vai aumentando. As referências abundam e as comparações tornam-se inevitáveis, e nem é preciso ir muito longe... Em Espanha, os ministérios da Educação e da Ciência e da Indústria, Turismo e Comércio criaram o ambicioso programa "Internet na Aula", com o objectivo de, até 2008, garantir o uso efectivo das TIC por parte de alunos, professores e famílias, e que aquelas constituam uma verdadeira ferramenta de utilização frequente no processo de ensino-aprendizagem. Um programa com um orçamento superior a 450 milhões de euros que está a ser concretizado em estreita colaboração com as Comunidades Autónomas e as escolas. O mais recente exemplo de investimento no âmbito deste programa foi a notícia, conhecida em Julho último, da decisão da Junta da Galiza em dotar todas as escolas primárias com quadros interactivos já no ano lectivo de 2006/2007. No total, mais de 700 destes equipamentos vão substituir o tradicional quadro de lousa em outras tantas salas de aula, permitindo que professores e alunos acedam, através da Internet, a sítios de todo o tipo e, em especial, a sítios de conteúdos curriculares em formato digital... Em Inglaterra, desde 1997 que existe uma aposta concreta na integração das TIC no universo escolar, razão pela qual, actualmente, todas as escolas estão já dotadas de ligação à Internet, mais de 120.000 quadros interactivos, computadores... O grau de familiarização dos professores e alunos com as TIC é tal que já se tornou comum a utilização de conteúdos educativos em formato digital em articulação com os livros em papel.

São inúmeros os países, nas mais diferentes latitudes, onde estratégias semelhantes estão a ser seguidas. Quase seria desnecessário relembrar o que se passa na Finlândia a este nível, sendo este o país-modelo no que à Educação diz respeito e unanimemente reconhecido e elogiado como tal.

Infelizmente, nem o conhecimento da realidade desses países foi até agora suficiente para inspirar os nossos responsáveis políticos a definir o caminho a seguir.

Já no que concerne aos editores escolares, cedo percebemos que o que se estava a passar nos outros países não era uma "moda", mas sim um processo de adaptação das escolas ao contexto sócio-cultural contemporâneo, a caminho da Sociedade do Conhecimento. Com a tecnologia a desempenhar um papel cada vez mais preponderante no quotidiano das pessoas, podia a escola, a sala de aula manter-se hermeticamente fechada a esta realidade, como se de um espaço anacrónico se tratasse?

Sentimos que se devia desbravar o caminho para o futuro da Educação, um futuro que, mais cedo ou mais tarde, também acabaria (acabará) por chegar ao nosso país.

Por isso, desde meados da década de 90, do século passado, que as principais empresas do sector apostam na adaptação dos conteúdos curriculares para suporte digital. Um esforço totalmente a expensas próprias, sem quaisquer apoios estatais (ao contrário do que se passa nos países acima referenciados...), e que tem exigido um investimento permanente em recursos humanos altamente especializados e em

tecnologias de ponta.

Os resultados são notórios. Existem no mercado inúmeras aplicações multimédia de elevada qualidade pedagógica e com enormes potencialidades, sendo que o seu uso generalizado poderá ser mais um factor que contribua para se atingirem índices de sucesso comparativamente melhores aos que se têm registado.

Contudo, continua a ser muito difícil a utilização destas novas ferramentas do conhecimento nos estabelecimentos de ensino. À indefinição estratégica acrescem as carências infraestruturais verificadas na rede escolar, e são sobejamente conhecidos exemplos de escolas onde a principal preocupação é, por exemplo, impedir que os alunos tenham frio dentro da sala de aula. Não será chegado, também por isso, o momento oportuno de se definir que escola queremos que os nossos filhos frequentem? Neste contexto, seria interessante conhecer as experiências que algumas escolas portuguesas dos ensinos básico e secundário já estão a desenvolver com conteúdos digitais produzidos pelos editores escolares. Nesses estabelecimentos de ensino, as aulas de várias turmas foram leccionadas, ao longo do ano lectivo de 2005/2006, com o apoio de um serviço de e-learning que disponibiliza conteúdos disciplinares em formato digital desenvolvido em conformidade com os programas curriculares, utilizando-se, para o efeito, um quadro interactivo conectado a um projector e a um computador com acesso à Internet.

Esta nova realidade teve um impacto tremendamente positivo. Por um lado, os professores notaram que as respectivas aulas evoluíram em termos de dinamismo e interactividade, resultando na obtenção de níveis elevados de atenção e participação das turmas; por outro lado, os alunos mostraram-se mais confiantes e seguros na aquisição e consolidação dos conhecimentos, tendo a grande maioria garantido que tal se reflectiu na obtenção de melhores resultados nos momentos de avaliação.

Para além destes aspectos, passou a haver uma comunicação frequente e fácil através do e-mail entre professores e alunos, colocando questões, resolvendo problemas, esclarecendo dúvidas, etc.

A pertinência destas experiências, quais laboratórios de observação e avaliação de novas abordagens ao processo de ensino-aprendizagem, já justificaram o interesse e o entusiasmo de investigadores que nelas encontraram matéria para o desenvolvimento de mestrados e outros estudos académicos. Mas mais importante e conveniente seria que os decisores e responsáveis políticos e institucionais na área da Educação se debruçassem sobre esta realidade.

O futuro da Educação passa pelo uso das TIC em contexto escolar em articulação com os livros em papel. Nós não temos dúvidas, e acreditamos que, assumida essa inevitabilidade e havendo o conhecimento de casos de sucesso nessa área no nosso país, resta esperar pela visão e sentido de responsabilidade de quem tem nas mãos

o poder de decidir.

Da parte dos editores escolares, há toda a disponibilidade em partilhar o nosso know-how com os restantes parceiros, o que, estamos certos, constituirá um importante contributo para melhorar a Educação em Portugal.

Lisboa, Outubro de 2006

A Comissão do Livro Escolar da APEL - Associação Portuguesa de Editores e Livreiros